

Relator vota pela condenação de Bolsonaro por abuso de poder

ENCONTRO COM A JUSTIÇA

'TEORIAS CONSPIRACIONISTAS' Relator diz que ação de Bolsonaro foi 'nociva' para a democracia e vota pela inelegibilidade

MARIANA MUNIZ E PAOLA SIEMRA

Na gestomais contundente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra Jair Bolsonaro até o momento, o ministro Benedito Gonçalves, relator da ação dos embaixadores, votou ontem pela condenação do ex-presidente por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação e consequente inelegibilidade por oito anos. Segundo o magistrado, ao atacar, sem provas, o sistema eleitoral, o ex-geral do Palácio do Planalto adotou um comportamento "nocivo" para a democracia e "violou ostensivamente" os deveres do cargo de presidente da República. O julgamento será retomado amanhã, com o voto dos outros seis ministros da Corte.

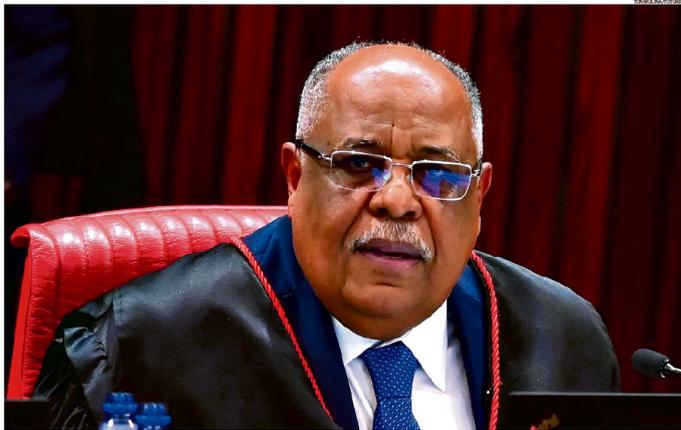
O magistrado, que votou a favor da absolvição de Walter Braga Netto, candidato a vice na chapa de Bolsonaro, apontou uma série de elementos que, na avaliação dele, mostram que o ex-presidente foi o responsável intelectual e material pela reunião com embaixadores em 18 de julho de 2022, no Palácio da Alvorada. Na ocasião, Bolsonaro fez uma série de acusações infundadas às urnas eletrônicas, além de ataques a ministros da Corte e do Supremo Tribunal Federal (STF).

'INFORMAÇÕES FALSAS'

Gonçalves reforçou que Bolsonaro "difundiu informações falsas" sobre a eleição, na tentativa de convencer o eleitorado de que havia uma fraude em andamento para assegurar a vitória de seu principal adversário, o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o magistrado, o comportamento foi "inconcebível".

— O primeiro investigado (Bolsonaro) violou ostensivamente os deveres de presidente da República, em especial zelar pelo exercício livre dos Poderes instituídos. Ele buscou vitimizar-se e desacreditar a competência do corpo técnico e a lisura do comportamento de seus ministros para levar a atuação do TSE ao absoluto descrédito internacional e despejo sobre os embaixadores mentiras atrozadas a respeito da governança eleitoral brasileira. Liberdade de expressão não alinha fabricar teorias conspiracionistas sobre fraudes eleitorais. Fatos apurados nesta ação foram nocivos para ambiente democrático — afirmou Gonçalves, para quem houve "banalização do golpismo".

O ministro acrescentou que a ofensiva contra o sistema eleitoral começou ainda antes do ano eleitoral, por meio de lives em que o então presidente "cultivou o sentimento de que uma



ameaça grave rondava as eleições de 2022 e que essa ameaça partia do TSE".

— Na reunião com chefes de missão diplomática, o investigado retomou a epipele dos ataques ao sistema eletrônico de votação, sem provas, e acrescentou mais um capítulo à saga: a derradeira tentativa das Forças Armadas de apresentar supostas soluções para evitar fraudes no pleito iminente.

Gonçalves dividiu o voto de 382 páginas em três partes, e, logo no início, fez uma longa explicação jurídica e teórica sobre o crime de abuso de poder político. Ele citou precedentes recentes da Corte e disse que "não é possível fechar os olhos para os efeitos de mentiras que colocam em xeque a credibilidade da Justiça Eleitoral".

O relator acrescentou que as provas colhidas no processo evidenciam que Bol-



sonaro foi "integral e pessoalmente responsável" pela concepção do encontro com embaixadores, transmitido ao vivo pela TV Brasil e por canais oficiais do governo nas redes sociais, foi realizado por determinação da Presidência da Repú-

blica. Gonçalves pontuou que nunca houve fraudes desde que as urnas eletrônicas foram implementadas, em 1996, e que o sistema é "exemplo para o mundo, o que desagrada quem nutre projetos autoritários".

O ministro também reba-

teu da cassação, em 2017, a chapa formada por Dilma Rousseff e Michel Temer. Na ocasião, elementos que vieram à tona já com a ação em curso, como depoimentos de executivos da Odebrecht, não foram levados em consideração na análise. Agora, no entanto, a inclusão do documento foi referendada pelo plenário da Corte.

— Esses elementos têm correlação estreita com a causa de pedir e a gravidade da conduta, porque desde a inicial o autor alega que os investigados tinham como estratégia política eleitoral induzir descrédito ao resultado do pleito de 2022 — afirmou o ministro, em trecho de seu voto.

Em parecer lido na quinta-feira, na primeira sessão de julgamento, a Procuradoria-Geral Eleitoral defendeu que Bolsonaro seja considerado inelegível, alegando que o discurso "atacou as instituições eleitorais" e que isso contribuiu para "turbular ânimos pessimistas com relação à legitimidade do pleito". Também na semana passada, o advogado do ex-presidente, Tarcísio Vieira sustentou que a reunião com os embaixadores no Alvorada foi um ato de governo. Além disso, disse que o caso deveria resultar apenas em multa. Ontem, o defensor voltou a afirmar que avalia recorrer ao TSE e ao STF em caso de condenação.

— O presidente, sim, talvez, em um tom inadequado, ácido, excessivamente contundente, fez colocações sobre o sistema eleitoral brasileiro, sobre aprimoramentos necessários sobre o sistema de colheita de votos — disse o advogado na quinta-feira passada.

PRINCIPAIS PONTOS DO VOTO DO RELATOR

Estrutura do Executivo

O ministro Benedito Gonçalves afirmou em seu voto que o ex-presidente Bolsonaro foi "integralmente responsável por idealização e reunião com embaixadores" no Alvorada, em que atacou a Justiça Eleitoral e o sistema de votação. De disse que o evento foi organizado em poucos dias e que "a estrutura e o serviço do Executivo foram rapidamente mobilizados para viabilizar a reunião".

Idéias antidemocráticas

O magistrado destacou o "techo" do discurso de Bolsonaro para os embaixadores e os classificou

como antidemocráticos. Gonçalves destacou que o ex-presidente usava o pronome "nós" para se referir às Forças Armadas: "Emergiva-se com um militar em exercício à frente das tropas". Na visão de Bolsonaro, disse o ministro, o TSE não poderia contestar as demandas dos militares sobre lesões de integridade que eles queriam fazer nas urnas, pois seria uma prova de "farsa eleitoral".

Minuta do golpe

Benedito Gonçalves defendeu a manutenção do processo da minuta golpista, apreendida em janeiro na casa do ex-ministro

Anderson Torres, por considerar que ela tem "estreita correlação" com o caso. O documento menciona a decretação de uma intervenção do TSE para invalidar o resultado das eleições presidenciais, após a vitória de Lula sobre Bolsonaro.

'Alarmismo' em lives

O ministro Benedito Gonçalves afirmou que o ex-presidente, por meio de lives em 2021, cultivou "o sentimento de que uma ameaça grave rondava o processo eleitoral, e que esta seria a culpa do TSE". O magistrado usou os termos "alarmismo" e "conspiracionismo".

Forças Armadas

Em seu discurso aos embaixadores, ressaltou Benedito Gonçalves, Bolsonaro mencionou as Forças Armadas 18 vezes como "estratégia de confrontar o TSE".

TV Brasil

O relator considerou que a transmissão da reunião com os diplomatas pela TV Brasil garantiu "vantagem eleitoral" igualmente "indevida" à chapa de Bolsonaro porque fez com que a mensagem de ataque às urnas se alastrasse rapidamente, produzindo mais engajamento, antes do início da propaganda eleitoral.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4